

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 1.800 - SP (2018/0308686-6)

REQUERENTE : JOSE CESAR MONTANARI
ADVOGADOS : JOÃO PAULO DE SOUZA - SP336971
MARCIO WADA - SP297337
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

I - Chamo o processo à ordem.

II - JOSÉ CÉSAR MONTANARI instaurou procedimento de tutela provisória antecipada antecedente em face do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do qual pretende "suspender o cumprimento das penas da ação de improbidade administrativa nº 0002155-15.2011.8.26.0414, cujo acórdão final transitou em julgado perante a 1ª Turma do STJ, (AgInt no Agravo em Recurso Especial 1.111.038-SP (2017/0128111-8)), especialmente no tocante à suspensão dos direitos políticos do requerente" (*sic*). Anunciou que a demanda principal será de rescisão do acórdão transitado em julgado.

O e. Ministro Gurgel de Faria, relator do acórdão rescindendo, invocou a disposição regimental que o exclui da distribuição da futura ação rescisória (RISTJ, art. 238) e determinou a redistribuição do feito (fl. 898).

Concluso o processo no recesso judiciário, Sua Excelência, o e. Ministro Presidente, indeferiu o requerimento liminar (fl. 960-962).

O autor, então, apresentou o aditamento à inicial de fls. 939-957, com fundamento no art. 303, §6º, do CPC.

III - Acontece que, malgrado enquadrado o procedimento nas disposições do art. 303 e 304 do CPC (tutela antecipada antecedente), a pretensão do autor tem natureza jurídica de *tutela cautelar* e, por isso, deveria ter sido aviada segundo o rito do art. 305 e ss. do CPC.

Afinal de contas, a tutela provisória perseguida não almeja antecipar o efeito que resultará de eventual procedência da ação rescisória, ou seja, não quer a desconstituição do julgado questionado, mas busca, por ora, a sustação dos efeitos do acórdão transitado em julgado - decisão rescindenda - para que, ao fim e ao cabo, se bem sucedida a pretensão principal, tenha ela ainda alguma capacidade de proporcionar ao autor alguma vantagem prática. É o que se extrai do pedido formulado e acima transcrito ("*suspender o cumprimento das penas da ação de improbidade administrativa nº 0002155-15.2011.8.26.0414...*").

De todo modo, a *fungibilidade das tutelas de urgência* - regra de mão dupla, embora prevista apenas no art. 305, parágrafo único, do CPC -, legitima o *aproveitamento dos atos processuais*, em prestígio à duração razoável do processo (CF, art. 5º, LXXVIII; CPC, art. 4º). Por isso, o procedimento, doravante, seguirá as disposições do art. 305 e ss. do CPC.

IV - Logo, cite-se o Ministério Público do Estado de São Paulo para, no prazo de 10 (dez) dias (CPC, art. 180 c.c. 306), contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

V - Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator